

# ***Ecopart Investimentos S.A. e Controladas***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2010 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Ecopart Investimentos S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecopart Investimentos S.A. e controladas (“Sociedade”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

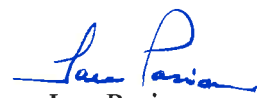
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Sociedade em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Sociedade essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

São Paulo, 3 de junho de 2011

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Iara Pasian  
Contadora  
CRC nº 1 SP 121517/O-3

ECOPART INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09			31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
<b>CIRCULANTE</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	7 e 8	3	4.102	111	4.349	27.316	111	Fornecedores		295	298	129	3.075	4.586	175
Contas a receber	9	-	-	-	1.887	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	47	-	-	2.594	92.737	15
Impostos a recuperar	10	47	13	-	2.036	133	2	Debêntures	16	21.231	-	-	21.231	-	-
Adiantamentos		30	3	1	1.864	6	1	Salários e encargos sociais		327	291	137	344	291	137
Despesas antecipadas		1.744	11	7	2.212	573	7	Impostos a recolher		308	141	36	693	1.101	39
Ativo financeiro	11	1.850	-	-	1.850	-	-	Partes relacionadas	14	1.109	1	850	1.320	-	1.282
Partes relacionadas	14	-	-	-	-	-	490	Outras contas a pagar		-	-	-	2	-	25
Depósitos vinculados a restituir	19	-	-	-	632	-	-	Total do passivo circulante		<u>23.317</u>	<u>731</u>	<u>1.152</u>	<u>29.259</u>	<u>98.715</u>	<u>1.673</u>
Outros ativos		-	-	-	2	-	-								
Total do ativo circulante		<u>3.674</u>	<u>4.129</u>	<u>119</u>	<u>14.832</u>	<u>28.028</u>	<u>611</u>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	64.427	-	-
Partes relacionadas	14	4.432	3.038	1.884	582	607	180	Debêntures	16	55.205	16.449	-	55.205	16.449	-
Depósitos vinculados	19	-	-	-	-	632	65	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	1.134	1.196	-	1.134	1.196	-
Impostos a recuperar	10	-	-	-	9.521	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	1.166	-	-	1.925	-	-
Investimentos	11	150.043	53.445	21.366	24.745	-	-	Provisão para compensação ambiental	19	-	-	-	160	632	632
Imobilizado	12	164	864	96	1.385	916	151	Total do passivo não circulante		<u>57.505</u>	<u>17.645</u>	<u>-</u>	<u>122.851</u>	<u>18.277</u>	<u>632</u>
Intangível	13	262	9.917	4.541	178.798	139.826	28.152	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Total do ativo não circulante		<u>154.901</u>	<u>67.264</u>	<u>27.887</u>	<u>215.031</u>	<u>141.981</u>	<u>28.548</u>	Capital social	20	75.214	53.214	43.214	75.214	53.214	43.214
								Capital social a integralizar		(3.178)	-	(19.148)	(3.178)	-	(19.148)
								Reserva de capital		7.787	7.787	4.337	7.787	7.787	4.337
								Prejuízos acumulados		(9.764)	(8.286)	(1.851)	(9.764)	(8.286)	(1.851)
								Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	7.694	302	302	7.694	302	302
								Total do patrimônio líquido		<u>77.753</u>	<u>53.017</u>	<u>26.854</u>	<u>77.753</u>	<u>53.017</u>	<u>26.854</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>158.575</u>	<u>71.393</u>	<u>28.006</u>	<u>229.863</u>	<u>170.009</u>	<u>29.159</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>158.575</u>	<u>71.393</u>	<u>28.006</u>	<u>229.863</u>	<u>170.009</u>	<u>29.159</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPART INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2010	2009	2010	2009
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>					
Construção dos ativos da concessão		-	-	56.993	105.517
Venda de energia	22	-	-	2.904	-
Total		-	-	59.897	105.517
<b>CUSTOS DE CONSTRUÇÃO E DE OPERAÇÃO</b>					
Construção dos ativos da concessão	23	-	-	(56.993)	(105.517)
Custos de operação e manutenção		-	-	(3.845)	-
Total		-	-	(60.838)	(105.517)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		-	-	(941)	-
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas gerais e administrativas	23	(1.067)	(1.038)	(2.139)	(1.485)
Despesas com pessoal		(1.085)	(475)	(1.835)	(846)
Serviços de terceiros		(5.411)	(1.579)	(5.481)	(1.902)
Baixa de projetos não recuperáveis		(1.491)	-	(1.491)	-
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		62	(1.196)	62	(1.196)
Equivalência patrimonial	11	(5.693)	(1.531)	-	-
Ganho na alienação de participação	11	15.484	-	15.484	-
Ganho na participação de investimentos	11	4.897	-	4.897	-
Outras receitas, líquidas		-	-	-	21
Total		5.696	(5.819)	9.497	(5.408)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		5.696	(5.819)	8.556	(5.408)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	24	327	102	403	102
Despesas financeiras	24	(6.335)	(718)	(8.512)	(1.129)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		(312)	(6.435)	447	(6.435)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Diferidos	25	(1.166)	-	(1.925)	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<u>(1.478)</u>	<u>(6.435)</u>	<u>(1.478)</u>	<u>(6.435)</u>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO</b>		<u>(0,0161)</u>	<u>(0,0699)</u>		

Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPART INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social			Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Subtotal	Ágio na subscrição de ações			
SALDOS ORIGINALMENTE DIVULGADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	43.214	(19.148)	24.066	4.337	(1.661)	302	27.044
Adoção inicial dos novos CPCs	-	-	-	-	(190)	-	(190)
SALDOS AJUSTADOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009	43.214	(19.148)	24.066	4.337	(1.851)	302	26.854
Aumento de capital em espécie	10.000	19.148	29.148	3.450	-	-	32.598
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.435)	-	(6.435)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	53.214	-	53.214	7.787	(8.286)	302	53.017
Aumento de capital em 4 de novembro de 2010	22.000	(3.178)	18.822	-	-	-	18.822
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	7.392	7.392
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.478)	-	(1.478)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	75.214	(3.178)	72.036	7.787	(9.764)	7.694	77.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ECOPART INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo do exercício	(1.478)	(6.435)	(1.478)	(6.435)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	2.038	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.166	-	1.925	-
Equivalência patrimonial	5.693	1.531	-	-
Encargos financeiros sobre debêntures	4.306	449	4.306	449
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(62)	1.196	(62)	1.196
Baixa de projetos não recuperáveis	1.491	-	1.491	-
Ganho de capital na aquisição de investimentos	(18.531)	-	(15.331)	-
Ganho sobre o ativo financeiro	(1.850)	-	(1.850)	-
Depreciações e amortizações	198	130	2.238	141
(Aumento) redução dos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(1.887)	-
Impostos a recuperar	(34)	(13)	(245)	(131)
Despesas antecipadas	(1.733)	(4)	(1.639)	(566)
Depósitos vinculados	-	-	-	(569)
Adiantamentos	(27)	(2)	(1.858)	(5)
Outros ativos	-	-	(2)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	(3)	169	(4.225)	168
Impostos a recolher	167	105	(408)	1.062
Salários e encargos sociais	36	154	53	154
Outras contas a pagar	-	-	-	(23)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(10.661)	(2.720)	(16.934)	(4.559)
Pagamento de juros das debêntures	(957)	-	(957)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(11.618)</u>	<u>(2.720)</u>	<u>(17.891)</u>	<u>(4.559)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisições de ativo imobilizado	(699)	(831)	(854)	(839)
Adições ao intangível	(6.395)	(5.443)	(50.299)	(104.761)
Adiantamentos a controladas	(439)	(1.056)	-	-
Aumento de capital em controladas	<u>(68.000)</u>	<u>(33.653)</u>	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(75.533)</u>	<u>(40.983)</u>	<u>(51.153)</u>	<u>(105.600)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	47	-	66.288	89.985
Emissão de debêntures	56.638	16.000	56.638	16.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(104.408)	-
Partes relacionadas	153	(904)	1.345	(1.219)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7.392	-	7.392	-
Aumento de capital	<u>18.822</u>	<u>32.598</u>	<u>18.822</u>	<u>32.598</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	83.052	47.694	46.077	137.364
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(4.099)</u>	<u>3.991</u>	<u>(22.967)</u>	<u>27.205</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.102	111	27.316	111
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	4.102	4.349	27.316
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(4.099)</u>	<u>3.991</u>	<u>(22.967)</u>	<u>27.205</u>
<b>EFEITO DAS TRANSAÇÕES NÃO CAIXA</b>				
Aquisições de ativo intangível - fornecedores	-	-	2.714	4.243
Juros capitalizados	-	-	10.366	2.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ECOPART INVESTIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ecopart Investimentos S.A. (“Sociedade”), sociedade por ações de capital fechado, anteriormente denominada Ecopart Investimentos Ltda. (até 15 de maio de 2008), foi constituída em 6 de dezembro de 2002, tendo como objeto social a participação em outras sociedades brasileiras e estrangeiras, incluindo fundos de investimento, que atuam no setor de geração de energias renováveis, respectivas infraestruturas de suporte, derivados e correlatos; o investimento em projetos no setor de geração de energias renováveis, respectivas infraestruturas de suporte, derivados e serviços correlatos; e a prestação de consultoria e assessoria a projetos correlatos à geração de energia. A Sociedade iniciou suas atividades em 13 de fevereiro de 2003.

#### Controladas

##### a) Gargaú Energética S.A.

A Gargaú Energética S.A. (“Gargaú”), sociedade por ações de capital fechado, anteriormente denominada Centropomus Participações S.A., foi constituída em 17 de outubro de 2007, tendo como objeto social o propósito específico de realizar serviços de estudo, pesquisa, viabilidade, projetos, construção, gerenciamento de obras, operação e manutenção, destinados à ampliação, exploração, repotencialização, produção e geração de energia eólica.

O principal empreendimento foi a implantação do Parque Eólico Gargaú, situado em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio Janeiro, tendo como acionista a Ecopart Investimentos S.A.

A SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda. (empresa controlada pela Ecopart Investimentos S.A.), detentora original da titularidade da autorização do Parque Eólico Gargaú, foi autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 534, de 1º de outubro de 2002, com capacidade instalada de 40,0 MW. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 230, de 5 de maio de 2004, reduziu a capacidade de produção instalada de 40,0 MW para 28,05 MW.

Conforme a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.145, de 27 de outubro de 2009, foi aprovada a transferência da titularidade da autorização e dos atos relacionados do Parque Eólico Gargaú da SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda. para a Gargaú Energética S.A.

Após a assinatura do contrato de venda de energia através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, a Gargaú assumiu como obrigação contratual construir, operar e manter a central eólica. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010.

### Comercialização da energia gerada

O contrato de compra e venda de energia foi firmado com a Eletrobrás através do PROINFA por um prazo de 20 anos a contar de sua assinatura, nas condições descritas a seguir:

<u>Quantidade MWh/ano</u>	<u>Tarifa (R\$/MWh) (*)</u>	<u>Assinatura do contrato</u>	<u>Assinatura do termo aditivo/ PF-010/2010</u>	<u>Data de início da operação comercial</u>	<u>Vencimento do contrato</u>
61.757	214,82	Julho de 2004	19.08.10	28.10.10	30.07.30

(\*) Valor original.

O preço fixado no contrato é reajustado anualmente no mês de julho pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

### Estrutura de financiamento do empreendimento

Originalmente, a estrutura de capital e financiamento do empreendimento foi planejada para ser 70% com capital de terceiros e 30% com capital próprio. Entretanto, tendo em vista as negociações posteriores para captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, essa estrutura foi alterada para aproximadamente 43% com capital de terceiros, representado pelo total de crédito aprovado pelo BNDES no montante de R\$79.513 (valor original), e 57% com capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2010, essa relação é de 36% de capital de terceiros e 64% de capital próprio, tendo o montante de R\$66.400 sido liberado pelo BNDES até aquela data. O valor remanescente de R\$3.481 foi liberado em 17 de janeiro e 19 de abril de 2011 pelo BNDES.

#### b) SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda.

A SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, anteriormente denominada SeaWest do Brasil Ltda., foi constituída em 14 de junho de 2000, tendo como objeto social a realização de serviços de estudos, pesquisa e projetos relativos à viabilidade, manutenção e operação de centrais geradoras de energia eólica, destinados à implantação, ampliação, exploração ou repotencialização de centrais geradoras eólicas e de outras fontes de energia elétrica; a participação em outras empresas como sócia, acionista ou cotista; e a participação em projetos e operações diretamente ou como parceira ou consorciada, como investidora de recursos próprios ou de terceiros, como dívida ou capital.

### Empreendimento controlado em conjunto

#### Zeta Energia S.A.

A Zeta Energia S.A., sociedade por ações de capital fechado, anteriormente denominada Ravena SP Participações S.A., foi constituída em 12 de julho de 2010, tendo como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, desenvolver, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de geração de energia elétrica, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito das centrais

e empreendimentos de geração de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados pelo órgão ou entidade competente por qualquer título de direito, além de exercer todas e quaisquer atividades afins ou correlatas ao seu objeto social ou necessárias ao regular desenvolvimento das atividades da Sociedade

### Coligada

Gamma Energia S.A.

A Gamma Energia S.A., sociedade por ações de capital fechado, anteriormente denominada Capri SP Participações S.A., foi constituída em 27 de julho de 2010, tendo como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, desenvolver, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de geração de energia elétrica, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito das centrais e empreendimentos de geração de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados pelo órgão ou entidade competente por qualquer título de direito, além de exercer todas e quaisquer atividades afins ou correlatas ao seu objeto social ou necessárias ao regular desenvolvimento das atividades da Sociedade.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- b) As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Conforme permitido pelo CPC e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Sociedade optou pela manutenção, nas demonstrações financeiras individuais, da apresentação da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora feita pelo seu valor justo ou pelo custo.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O CFC, durante os anos 2009 e 2010, aprovou diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativa a 1º de janeiro de 2009 (data de transição), para fins de comparação.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 já contemplam a adoção desses normativos, e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e os balanços de abertura levantados em 1º de janeiro de 2009 foram ajustados e reclassificados, a fim de considerar a aplicação desses normativos e tornar as demonstrações financeiras comparativas entre os exercícios divulgados.

## 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade e controladas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com prazo de resgate em até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### 3.2. Contas a receber

Demonstradas pelo custo amortizado, menos provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

### 3.3. Investimentos

As participações societárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados pelo custo ou valor justo.

### 3.4. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição. Os ativos estão deduzidos de depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, a taxas anuais que representam a vida útil-econômica estimada desses bens.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### 3.5. Contrato de concessão (autorização) da controlada Gargaú

Os ativos relacionados à infraestrutura de concessão (autorização), que atendem aos critérios da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, estão classificados como direitos de operar os ativos da concessão no grupo de ativo intangível. Os bens classificados como ativos intangíveis da concessão são aqueles que o concessionário de serviço público tem o direito de cobrar dos usuários pelo uso do serviço público.

A Sociedade reconhece e mensura as receitas provenientes de serviços de construção em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 17 - Contratos de Construção, enquanto as receitas provenientes de serviços de operação e manutenção da concessão são reconhecidas e mensuradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 30 - Receitas.

A contraprestação a ser recebida pela Sociedade para os serviços de construção e operação de geração de energia eólica é um direito para operar a instalação de geração de energia eólica, que é reconhecido como um ativo intangível. O ativo intangível é mensurado pelo valor justo de serviços de construção no reconhecimento inicial. Esse ativo é amortizado pelo prazo de vida útil dos bens integrantes da infraestrutura da concessão limitada ao prazo da concessão, a contar da data de início de sua operação comercial.

### 3.6. Intangível

O ativo intangível inclui os direitos de operar os ativos das concessões (direito de operação) tratados anteriormente, licenças (softwares) e custos de desenvolvimento de projetos. Corresponde também ao direito de operação pago no processo de aquisição das controladas. No consolidado, além dos saldos da Sociedade, corresponde a gastos com o desenvolvimento do projeto de implantação, exploração e comercialização da energia elétrica nas controladas. A amortização ocorre a partir do início das operações destas, pelo prazo remanescente da concessão (autorização).

#### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

### Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente como direito de autorização (exploração) são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

A amortização dos direitos de operação da controlada Gargaú ocorreu a partir do início das operações comerciais do parque eólico utilizando o método linear e considerando a vida útil de cada bem integrante da infraestrutura ou o prazo remanescente da concessão (autorização), dos dois o menor. As licenças de software são registradas ao custo de aquisição, sendo as amortizações calculadas utilizando o método linear.

A Sociedade agrega mensalmente ao custo de aquisição e construção do intangível - direito de exploração em formação os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos, considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) o período de capitalização é correspondente à fase de construção do ativo intangível, sendo encerrado quando o item do intangível está disponível para utilização; (ii) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (iv) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do intangível ao qual foram incorporados.

### 3.7. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Sociedade analisa periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo (“impairment”) para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização.

A Administração revisa a recuperação do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente o imobilizado e o intangível mantidos e utilizados nas operações da Sociedade. O objetivo dessa revisão é determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado.

A recuperação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é efetuada pelo menos uma vez por ano.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível não recuperação, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente à vida remanescente estimada dos ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores e é registrado no resultado do exercício em que houve a revisão da estimativa.

### 3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Mensurados pelo custo amortizado, ou seja, atualizados monetariamente pelas variações monetárias e acrescidos de encargos financeiros conforme disposições contratuais, incorridos até as datas dos balanços. As variações monetárias e os demais encargos financeiros são apropriados ao resultado, exceto quando elegíveis para capitalização no imobilizado. Os encargos financeiros são apropriados em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento, que é registrada no ativo imobilizado ou intangível.

### 3.9. Provisão para compensação ambiental

Registrada à medida que a Sociedade assume obrigações formais com reguladores ou que tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, esses valores serão depreciados pelo prazo remanescente da autorização.

### 3.10. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir desembolsos futuros segundo a Administração da Sociedade.

### 3.11. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, amortização do intangível e provisões necessárias para passivos contingentes, custos ambientais e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

### 3.12. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

### 3.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia já realizado, porém ainda não faturado ao Poder Concedente. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Sociedade e o ganho contábil líquido auferido nas vendas dos parques eólicos pela Sociedade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita da Sociedade também advém da receita de construção dos ativos da infraestrutura da concessão - direito de exploração. A interpretação técnica ICPC 01 e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão estabelecem que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 e CPC 30, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Sociedade contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

### 3.14. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

A Sociedade optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

### 3.15. Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

### 3.16. Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Essa classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, sendo determinada no seu reconhecimento inicial.

O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação (data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender um ativo). O método de reconhecimento deve ser consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria.

O ativo financeiro é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação vinculados diretamente à sua aquisição ou emissão, exceto para aqueles designados como valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada e cujo montante da obrigação é estimado de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Sociedade que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indiquem a outras partes que a Sociedade aceita certas responsabilidades e, em consequência, criarão uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

A Sociedade baixa os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

### Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, sendo aplicado para tanto o método de consolidação integral ou proporcional.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controladas</u>	Método de consolidação	Participação - %		
		<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Gargaú Energética S.A.	Integral	99,99	99,99	99,99
SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda.	Integral	99,99	99,99	99,80
Zeta Energia S.A.	Proporcional	80,00	-	-

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas, a controladora e as controladas, de forma que as demonstrações financeiras representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas (capital, reservas e lucros acumulados).
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido.

#### 4. ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL - CPCs

##### Efeitos da adoção dos CPCs nas demonstrações financeiras

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos técnicos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC, os quais contemplam as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, que no conjunto são denominadas como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 3 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no pronunciamento técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 a CPC 43.

### Efeitos da adoção dos CPCs no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	31.12.09					
	Controladora			Consolidado		
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	CPCs	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	CPCs
<b><u>ATIVO</u></b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4.102	-	4.102	27.316	-	27.316
Impostos a recuperar	13	-	13	133	-	133
Adiantamentos	3	-	3	6	-	6
Despesas antecipadas	11	-	11	573	-	573
Total do ativo circulante	<u>4.129</u>	-	<u>4.129</u>	<u>28.028</u>	-	<u>28.028</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Partes relacionadas	3.038	-	3.038	607	-	607
Depósitos vinculados	-	-	-	632	-	632
Investimentos	53.635	(190)	53.445	-	-	-
Imobilizado	10.445	(9.581)	864	140.405	(139.489)	916
Intangível	336	9.581	9.917	337	139.489	139.826
Diferido	-	-	-	190	(190)	-
Total do ativo não circulante	<u>67.454</u>	<u>(190)</u>	<u>67.264</u>	<u>142.171</u>	<u>(190)</u>	<u>141.981</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><b>71.583</b></u>	<u><b>(190)</b></u>	<u><b>71.393</b></u>	<u><b>170.199</b></u>	<u><b>(190)</b></u>	<u><b>170.009</b></u>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	298	-	298	4.586	-	4.586
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	92.737	-	92.737
Salários e encargos sociais	291	-	291	291	-	291
Impostos a recolher	141	-	141	1.101	-	1.101
Partes relacionadas	1	-	1	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.196	(1.196)	-	1.196	(1.196)	-
Total do passivo circulante	<u>1.927</u>	<u>(1.196)</u>	<u>731</u>	<u>99.911</u>	<u>(1.196)</u>	<u>98.715</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Debêntures	16.449	-	16.449	16.449	-	16.449
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	1.196	1.196	-	1.196	1.196
Provisão para compensação ambiental	-	-	-	632	-	632
Total do passivo não circulante	<u>16.449</u>	<u>1.196</u>	<u>17.645</u>	<u>17.081</u>	<u>1.196</u>	<u>18.277</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social	53.214	-	53.214	53.214	-	53.214
Reserva de capital	7.787	-	7.787	7.787	-	7.787
Prejuízos acumulados	(8.096)	(190)	(8.286)	(8.096)	(190)	(8.286)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	302	-	302	302	-	302
Total do patrimônio líquido	<u>53.207</u>	<u>(190)</u>	<u>53.017</u>	<u>53.207</u>	<u>(190)</u>	<u>53.017</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>71.583</b></u>	<u><b>(190)</b></u>	<u><b>71.393</b></u>	<u><b>170.199</b></u>	<u><b>(190)</b></u>	<u><b>170.009</b></u>

## Efeitos da adoção dos CPCs no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	01.01.2009					
	Controladora			Consolidado		
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	CPCs	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	CPCs
<b>ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	111	-	111	111	-	111
Impostos a recuperar	-	-	-	2	-	2
Adiantamentos	1	-	1	1	-	1
Despesas antecipadas	7	-	7	7	-	7
Partes relacionadas	-	-	-	490	-	490
Total do ativo circulante	<u>119</u>	<u>-</u>	<u>119</u>	<u>611</u>	<u>-</u>	<u>611</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Partes relacionadas	1.884	-	1.884	180	-	180
Depósitos vinculados	-	-	-	65	-	65
Investimentos	21.556	(190)	21.366	-	-	-
Imobilizado	4.460	(4.364)	96	28.126	(27.975)	151
Intangível	177	4.364	4.541	177	27.975	28.152
Diferido	-	-	-	190	(190)	-
Total do ativo não circulante	<u>28.077</u>	<u>(190)</u>	<u>27.887</u>	<u>28.738</u>	<u>(190)</u>	<u>28.548</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>28.196</u>	<u>(190)</u>	<u>28.006</u>	<u>29.349</u>	<u>(190)</u>	<u>29.159</u>

	01.01.2009					
	Controladora			Consolidado		
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	CPCs	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	CPCs
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	129	-	129	175	-	175
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	15	-	15
Salários e encargos sociais	137	-	137	137	-	137
Impostos a recolher	36	-	36	39	-	39
Partes relacionadas	850	-	850	1.282	-	1.282
Outras contas a pagar	-	-	-	25	-	25
Total do passivo circulante	<u>1.152</u>	<u>-</u>	<u>1.152</u>	<u>1.673</u>	<u>-</u>	<u>1.673</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Provisão para compensação ambiental	-	-	-	632	-	632
Total do passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>632</u>	<u>-</u>	<u>632</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social	43.214	-	43.214	43.214	-	43.214
Capital social a integralizar	(19.148)	-	(19.148)	(19.148)	-	(19.148)
Reserva de capital	4.337	-	4.337	4.337	-	4.337
Prejuízos acumulados	(1.661)	(190)	(1.851)	(1.661)	(190)	(1.851)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	302	-	302	302	-	302
Total do patrimônio líquido	<u>27.044</u>	<u>(190)</u>	<u>26.854</u>	<u>27.044</u>	<u>(190)</u>	<u>26.854</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>28.196</u>	<u>(190)</u>	<u>28.006</u>	<u>29.349</u>	<u>(190)</u>	<u>29.159</u>

Efeitos da adoção dos CPCs na demonstração do resultado consolidado

	31.12.09		
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	CPCs
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>			
Construção dos ativos da concessão	-	105.517	105.517
<b>CUSTOS DE CONSTRUÇÃO E DE OPERAÇÃO</b>			
Construção dos ativos da concessão	-	(105.517)	(105.517)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>	-	-	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas gerais e administrativas	(1.485)	-	(1.485)
Despesas com pessoal	(846)	-	(846)
Serviços de terceiros	(1.902)	-	(1.902)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.196)	-	(1.196)
Outras receitas, liquidas	21	-	21
Total	(5.408)	-	(5.408)
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	(5.408)	-	(5.408)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	102	-	102
Despesas financeiras	(1.129)	-	(1.129)
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	(6.435)	-	(6.435)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	(6.435)	-	(6.435)

Reconciliação do patrimônio líquido - controladora

Saldo em 1º de janeiro de 2009 conforme as práticas contábeis anteriores	27.044
Baixa do ativo diferido	(190)
Saldo em 1º de janeiro de 2009 conforme os CPCs	<u>26.854</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009 conforme as práticas contábeis anteriores	53.207
Baixa do ativo diferido (a)	(190)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 conforme os CPCs	<u>53.017</u>

Reconciliação do patrimônio líquido consolidado

Saldo em 1º de janeiro de 2009 conforme as práticas contábeis anteriores	27.044
Receita de construção dos ativos da concessão (b)	23.294
Custo de construção dos ativos da concessão (b)	(23.294)
Baixa do ativo diferido	(190)
Saldo em 1º de janeiro de 2009 conforme os CPCs	<u>26.854</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2009 conforme as práticas contábeis anteriores	53.207
Receita de construção dos ativos da concessão (b)	128.811
Custo de construção dos ativos da concessão (b)	(128.811)
Baixa do ativo diferido (a)	<u>(190)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009 conforme os CPCs	<u>53.017</u>

Reconciliação do resultado consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2009 conforme as práticas contábeis anteriores	(6.435)
Receita de construção dos ativos da concessão (b)	105.517
Custo de construção dos ativos da concessão (b)	<u>(105.517)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009 conforme os CPCs	<u>(6.435)</u>

(a) De acordo com o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, os valores registrados na rubrica “Ativo diferido” e que não possam ser reclassificados para outros grupos de ativos podem ser baixados no balanço de abertura, na data de transição. Devido a esse pronunciamento a Sociedade decidiu pela baixa integral do ativo diferido da controlada Gargaú no balanço de abertura datado de 1º de janeiro de 2009.

(b) A interpretação técnica ICPC 01 e a orientação técnica OCPC 05 estabelecem que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 e CPC 30, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A controlada Gargaú passou a reconhecer as receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de geração e comercialização de energia elétrica. Os respectivos ajustes foram refletidos no balanço de abertura datado de 1º de janeiro de 2009. Esses ajustes não produziram impactos no patrimônio líquido no balanço de abertura, tampouco no resultado dos exercícios de 2009 e de 2010, por não ter sido apurada margem na receita de construção. A Administração, após análise criteriosa, julgou mais apropriado não alocar margem sobre a receita de construção. Como o negócio de geração e comercialização de energia eólica no Brasil é recente e depende principalmente da geração de ventos intermitentes, ainda é considerado um negócio com determinado risco. Portanto, a margem do negócio será apurada e reconhecida no período de operação do empreendimento (venda de energia).

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

O conjunto dos CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis fundamentais. Também requer que a Administração exerça o seu julgamento na aplicação das políticas contábeis, portanto:

- a) As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.
- b) Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Sociedade e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que ela entende como razoáveis e relevantes.

A Sociedade adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como ela forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Sociedade e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem impactar as demonstrações financeiras:

#### Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, intangível e outros ativos. Nas datas dos balanços, a Sociedade realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos exercícios nenhum evento novo foi identificado que levasse à necessidade de constituir provisão para perdas sobre os ativos.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos os custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos exercícios nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

## 6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

A Sociedade não adotou as novas normas emitidas e revisadas (IFRSs) internacionalmente pelo IASB, mas ainda não vigentes no Brasil, através de novos CPCs, ICPCs e OCPCs, conforme segue:

<u>Norma</u>	<u>Título/Modificação</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas da IFRS 7 para Adotantes Iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Modificações à IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

<u>Norma</u>	<u>Título/Modificação</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes Quando o Ativo É Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
Modificações à IAS 32	Classificação de Direitos	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Patrimônio	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
IFRS 3	Combinação de Negócios - Participação de Não Controladores	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
IFRS 3	Combinação de Negócios - Considerações Contingentes	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Modificações à IAS 24	Divulgação de Transações com Partes Relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Revisão anual 2010	Várias	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

A Administração da Sociedade entende que a aplicação desses pronunciamentos nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Caixa e bancos	3	66	1	4.349	95	1
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 8)	-	<u>4.036</u>	<u>110</u>	-	<u>27.221</u>	<u>110</u>
Total	<u>3</u>	<u>4.102</u>	<u>111</u>	<u>4.349</u>	<u>27.316</u>	<u>111</u>

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, as aplicações financeiras estavam classificadas como disponíveis para venda, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31.12.09	01.01.09	31.12.09	01.01.09
Banco Itaú S.A.	Fundos	DI	4.036	110	4.526	110
Banco Votorantim S.A.	Fundos	DI	-	-	22.695	-
Total			<u>4.036</u>	<u>110</u>	<u>27.221</u>	<u>110</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a cotas de fundos de investimento atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Tais aplicações financeiras foram remuneradas entre 90% e 100% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

Não havia saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

## 9. CONTAS A RECEBER

Referem-se aos valores a receber da Eletrobrás, com datas de vencimento no início de 2011. Não há saldos em atraso em 31 de dezembro de 2010; portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09
PIS (*)	-	-	-	2.007	-	-
COFINS (*)	-	-	-	9.245	-	-
Imposto de renda	39	13	-	265	133	2
Outros	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>47</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>11.557</u>	<u>134</u>	<u>2</u>
Circulante	47	13	-	2.036	133	2
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.521</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>47</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>11.557</u>	<u>133</u>	<u>2</u>

(\*) A partir da data de entrada da operação comercial da Central Eólica Gargaú, em outubro de 2010, a Administração da controlada decidiu tomar os créditos de PIS e COFINS sobre o valor de aquisição de máquinas e equipamentos, no montante total de R\$11.179. Esse valor será realizado na proporção de 1/48 avos mensais, até outubro de 2014.

A Administração da Sociedade decidiu pela não utilização do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, apesar de ter recebido a aprovação do Ministério de Minas e Energia para o enquadramento do empreendimento nesse benefício.

[página intencionalmente deixada em branco]

## 11. INVESTIMENTOS

	Quantidade de ações			Participação no capital integralizado - %			Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			Prejuízo do exercício	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09
	Gargaú Energética S.A.	123.000.000	55.000.000	42.000.000	99,99	99,99	99,99	115.620	53.281	21.366	(1.459)
SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda.	499	499	459	99,99	99,99	99,80	131	167	(43.529)	(32)	(2)
Zeta Energia S.A.	9.914.570	-	-	80,00	-	-	11.932	-	-	-	-
Gamma Energia S.A.	7.827.996	-	-	30,00	-	-	7.828	-	-	-	-
Omega Energia Renovável S.A.	161.089.539	65.755.144	8.531.804	5,87	-	-	193.813	60.183	24.161	(17.904)	(4.497)

## Movimentação dos investimentos:

Critério de avaliação	Controladora					Total
	Gargaú Energética S.A. (a) e (b)	SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda. (c)	Zeta Energia S.A. (d) e (f)	Gamma Energia S.A. (d) e (e)	Omega Energia Renovável S.A. (e)	
	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial	Valor justo	
Saldos em 1º de janeiro de 2009 ajustado	21.366	-	-	-	-	21.366
Integralização de capital	33.444	209	-	-	-	33.653
Equivalência patrimonial	(1.528)	(3)	-	-	-	(1.531)
Reversão da provisão para perdas de investimento	-	(43)	-	-	-	(43)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	53.282	163	-	-	-	53.445
Integralização de capital	68.000	-	7.932	7.828	-	83.760
Venda de participação de investimentos	-	-	-	(5.480)	-	(5.480)
Ganho obtido no aporte de capital pela Omega	-	-	1.614	-	-	1.614
Ganho na participação de investimento (valor justo da participação remanescente - proporcional)	-	-	1.291	3.606	-	4.897
Aquisição de investimentos	-	-	-	-	17.500	17.500
Equivalência patrimonial	(5.661)	(32)	-	-	-	(5.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>115.621</u>	<u>131</u>	<u>10.837</u>	<u>5.954</u>	<u>17.500</u>	<u>150.043</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

	Consolidado			Total
	Zeta Energia S.A. (d) e (f)	Gamma Energia S.A. (d) e (e)	Omega Energia Renovável S.A. (e)	
<u>Critério de avaliação</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Valor justo</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-
Integralização de capital	-	7.828	-	7.828
Venda de participação de investimentos	-	(5.480)	-	(5.480)
Ganho na participação de investimento (valor justo da participação remanescente – proporcional)	1.291	3.606	-	4.897
Aquisição de investimentos	-	-	<u>17.500</u>	<u>17.500</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>1.291</u>	<u>5.954</u>	<u>17.500</u>	<u>24.745</u>

- (a) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de setembro de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$13.000, mediante a emissão de 13.000.000 novas ações nominativas. Durante o exercício de 2009, a Sociedade efetuou integralização de capital no valor de R\$33.444.
- (b) Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 9 de abril e 26 de outubro de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital social nos valores de R\$18.000 e R\$50.000, respectivamente, mediante a emissão de 68.000.000 novas ações nominativas de R\$1,00 cada uma.
- (c) Em 12 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$209, o qual foi subscrito e integralizado pela Sociedade, alterando sua participação acionária de 99,8% para 99,9%.
- (d) Em 30 de setembro de 2010, a Sociedade efetuou contribuições de capital nas empresas Gamma e Zeta, através de ativos nos valores de R\$7.828 e R\$7.932, respectivamente, detendo assim 100% das ações dessas empresas naquela data, com o objetivo de viabilizar os aportes de capital da Omega nessas empresas ou troca de ações detidas pela Sociedade nessas empresas por ações da Omega, conforme descrito a seguir.
- (e) Em 30 de dezembro de 2010, a Sociedade firmou um acordo de subscrição de ações com a empresa Omega Energia Renovável S.A., em que a Omega efetuou a emissão de 9.459.459 ações, com valor unitário de R\$1,85, totalizando R\$17.500 (valor justo). A Sociedade integralizou a totalidade dessas ações através da contribuição de 70% das ações da Gamma, com o valor de R\$5.480, gerando, assim, um ganho na alienação de participação no montante de R\$12.020. Através dessa operação, a Sociedade passou a deter 5,8721% das ações da Omega. Com relação a essa transação, a partir da assinatura do acordo de acionistas que designa o controle na Gamma pela Omega, há perda de controle por parte da Sociedade, pois na essência a Gamma foi constituída com o objetivo de ser um empreendimento controlado pela Omega em troca de ações detidas pela Sociedade na Gamma por ações da Omega. Dessa forma, a participação remanescente da Sociedade na Gamma de 30% foi remensurada ao seu valor justo, gerando um ganho na Sociedade limitado à participação de 70% do outro acionista (Omega), no montante de R\$3.606.

[página intencionalmente deixada em branco]

Essa operação também gerou mais-valia na aquisição de ações da Omega por parte da Sociedade, decorrente da proporcionalidade da participação da Sociedade no patrimônio líquido da Omega. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de patrimônio líquido da Omega totalizava R\$193.813, ou seja, o valor patrimonial das ações no dia da aquisição era de R\$11.377. A Sociedade integralizou através de um bônus de subscrição de ações pelo valor econômico por ação de R\$1,85 (valor justo), totalizando R\$17.500.

Adicionalmente, também em 30 de dezembro de 2010, a Sociedade firmou um acordo de subscrição de ações com a empresa Omega Energia Renovável S.A., em que após o exercício pela Sociedade desse bônus de subscrição, que poderá ocorrer até 30 de setembro de 2011, a Omega emitirá 4.054.055 ações para a Sociedade, com valor unitário de R\$1,85, em troca da participação remanescente de 30% da Sociedade na Gamma.

Em 30 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de penhor de ações, em que a Sociedade penhorou 5.405.405 ações detidas na Omega, equivalentes a R\$10.000, em favor dos beneficiários do penhor, caso alguma das obrigações assumidas pela Sociedade nos “Subscription Agreements” não sejam cumpridas.

- (f) Em 30 de dezembro de 2010, a Omega efetuou uma contribuição de capital em espécie no valor de R\$4.000, diluindo, assim, a participação de capital da Sociedade na Zeta. Porém tal diluição foi desproporcional ao valor aportado, passando a participação da Sociedade, após o aporte, de 100% para os atuais 80%, gerando, assim, um ganho de capital na alienação de participação no valor de R\$1.614. A participação remanescente da Sociedade na Zeta foi remensurado proporcionalmente ao seu valor justo, gerando um ganho na participação no montante de R\$1.291. Com relação a esta transação, a partir da assinatura do acordo de acionistas que designa o controle conjunto na Zeta entre a Sociedade e a Omega, há perda de controle por parte da Sociedade, pois na essência a Zeta foi constituída com o objetivo de ser um empreendimento controlado em conjunto. Dessa forma, a participação remanescente da Sociedade na Zeta de 80% foi remensurado ao seu valor justo, gerando um ganho na Sociedade limitado à participação de 20% do outro acionista (Omega) no montante de R\$1.291.

Adicionalmente, também em 30 de dezembro de 2010, através do “Subscription Agreement”, a Omega se comprometeu a efetuar uma contribuição de capital adicional na Zeta no montante de R\$4.000 até 30 de setembro de 2011, a qual diluirá a participação da Sociedade na Zeta de 80% para 66,67%.

#### 11.1. Saldo dos ativos e passivos da Zeta e Gamma antes das transações com a Omega

A seguir está apresentado o balanço patrimonial da Zeta e Gamma na data de 30 de dezembro de 2010, utilizados para as transações societárias com a Omega, mencionadas anteriormente:

	<u>Zeta</u>	<u>Gamma</u>
Ativo não circulante-		
Ativo intangível	9.021	8.170
Passivo circulante-		
Partes relacionadas	(1.089)	(342)
Ativos líquidos alienados	<u>7.932</u>	<u>7.828</u>

## 11.2. Ganho com a alienação de participação da Sociedade na Zeta e Gamma

- a) Os ganhos obtidos na alienação de participação na Zeta, decorrentes dos eventos societários descritos anteriormente no item (f), estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>
Contraprestação recebida em caixa por 20% da participação da Sociedade na Zeta (i)	3.200
Ativos líquidos alienados	(7.932)
Alienação de participação	<u>20%</u>
Custo do ativo líquido alienado (ii)	(1.586)
	<u>1.614</u>
<u>Reconhecimento do valor justo da participação remanescente da Sociedade na Zeta:</u>	
Valor justo da Zeta	16.000
Participação remanescente da Sociedade na Zeta (80%)	<u>80%</u>
Valor justo da participação remanescente (iii)	12.800
Participação de 80% nos ativos líquidos alienados (iv)	<u>(6.345)</u>
Ganho total obtido na remensuração a valor justo da participação (v)	6.455
Ganho obtido na remensuração a valor justo da participação remanescente limitada à participação do outro acionista de 20% - (v) x 20%	<u>(1.291)</u>

- b) Os ganhos obtidos na alienação de participação na Gamma, decorrentes dos eventos societários descritos anteriormente no item (e) estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>
Contraprestação recebida em ações da Omega por 70% da participação da Sociedade na Gamma (i)	17.500
Ativos líquidos alienados	(7.828)
Alienação de participação	<u>70%</u>
Custo do ativo líquido alienado (ii)	(5.480)
	<u>12.020</u>
<u>Reconhecimento do valor justo da participação remanescente da Sociedade na Gamma:</u>	
Valor justo da Gamma	25.000
Participação remanescente da Sociedade na Gamma (30%)	<u>30%</u>
Valor justo da participação remanescente (iii)	7.500
Participação de 30% nos ativos líquidos alienados (iv)	<u>(2.348)</u>
Ganho total obtido na remensuração a valor justo da participação (v)	5.152
Ganho obtido na remensuração a valor justo da participação remanescente limitada à participação do outro acionista de 70% - (v) x 70%	<u>(3.606)</u>

Esses ganhos mencionados foram reconhecidos no resultado do exercício.

## 11.3. Outros ativos financeiros - “Call Option”

Adicionalmente aos eventos societários mencionados com a Omega através dos bônus de subscrição de ações (“Subscription Agreements”), em 30 de dezembro de 2010 foi firmado um “Call Option Agreement”, em que a Omega concedeu opções do direito de compra de suas ações (“Call Option”) para a Sociedade, limitado a 9.971.995 ações ordinárias, a um preço de exercício de R\$ 1,85 por ação, a ser exercido até 30 de setembro de 2011. Essas opções do direito de compra de ações da Omega foram reconhecidas, inicialmente, ao valor justo desta opção de compra, no montante de R\$1.850, gerando um aumento no ganho de alienação das participações na Zeta e Gamma mencionado, o qual foi reconhecido no resultado do exercício. Essas opções foram remensuradas ao fim do exercício de 2010, não gerando variações no valor justo calculado inicialmente em 30 de dezembro de 2010.

## 12. IMOBILIZADO

	Controladora					
	Saldo em 01.01.09	Adições	Saldo em 31.12.09	Adições	Transferências	Saldo em 31.12.10
Custo:						
Em serviço:						
Móveis e utensílios	19	-	19	-	-	19
Máquinas e equipamentos	-	672	672	3	(672)	3
Instalações	-	125	125	221	(346)	-
Equipamentos de informática	89	34	123	101	-	224
Em curso-						
Dados de controle de ventos	-	-	-	374	(374)	-
	<u>108</u>	<u>831</u>	<u>939</u>	<u>699</u>	<u>(1.392)</u>	<u>246</u>
Depreciação acumulada:						
Móveis e utensílios	(1)	(2)	(3)	(1)	-	(4)
Máquinas e equipamentos	-	(34)	(34)	(48)	81	(1)
Instalações	-	(5)	(5)	(18)	23	-
Equipamentos de informática	(11)	(22)	(33)	(44)	-	(77)
	<u>(12)</u>	<u>(63)</u>	<u>(75)</u>	<u>(111)</u>	<u>104</u>	<u>(82)</u>
Total - líquido	<u>96</u>	<u>768</u>	<u>864</u>	<u>588</u>	<u>(1.288)</u>	<u>164</u>

	Consolidado						
	Saldo em 01.01.09	Adições	Saldo em 31.12.09	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.10
Custo:							
Em serviço:							
Móveis e utensílios	25	5	30	145	-	-	175
Máquinas e equipamentos	87	672	759	3	-	(134)	628
Instalações	-	125	125	221	-	(69)	277
Equipamentos de informática	102	37	139	111	-	-	250
Em curso-							
Dados de controle de ventos	-	-	-	374	-	(75)	299
	<u>214</u>	<u>839</u>	<u>1.053</u>	<u>854</u>	<u>-</u>	<u>(278)</u>	<u>1.629</u>
Depreciação acumulada:							
Móveis e utensílios	(4)	(2)	(6)	(6)	-	-	(12)
Máquinas e equipamentos	(43)	(43)	(86)	(57)	-	16	(127)
Instalações	-	(5)	(5)	(18)	-	5	(18)
Equipamentos de informática	(16)	(24)	(40)	(47)	-	-	(87)
	<u>(63)</u>	<u>(74)</u>	<u>(137)</u>	<u>(128)</u>	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>(244)</u>
Total - líquido	<u>151</u>	<u>765</u>	<u>916</u>	<u>726</u>	<u>=</u>	<u>(257)</u>	<u>1.385</u>

Com base na análise preparada pela Administração, não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução do valor dos ativos ao seu valor de recuperação em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009.

#### Custo atribuído (“deemed cost”)

A Sociedade e suas controladas optaram pela não adoção do custo atribuído (“deemed cost”), por entenderem que não existe diferença significativa entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os respectivos valores justos na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

### 13. INTANGÍVEL

	Controladora						
	01.01.09	Adições	31.12.09	Adições	Baixas	Transferências	31.12.10
Custo:							
Projetos Brasil (*)	4.364	5.217	9.581	6.382	(1.491)	(14.472)	-
Softwares	<u>194</u>	<u>226</u>	<u>420</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>433</u>
Total	4.558	5.443	10.001	6.395	(1.491)	(14.472)	433
Amortização acumulada-							
Softwares	(17)	(67)	(84)	(87)	-	-	(171)
Total - líquido	<u>4.541</u>	<u>5.376</u>	<u>9.917</u>	<u>6.308</u>	<u>(1.491)</u>	<u>(14.472)</u>	<u>262</u>

(\*) Referem-se à implantação de projetos eólicos, hídricos e de biomassa. Os custos registrados são compostos principalmente por custos ambientais e inventário hidrelétrico.

	Consolidado							
	<u>01.01.09</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31.12.09</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31.12.10</u>
Custo:								
Em serviço:								
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	167.661	167.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	6.332	6.332
Softwares	<u>194</u>	<u>227</u>	<u>-</u>	<u>421</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>434</u>
	<u>194</u>	<u>227</u>	<u>-</u>	<u>421</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>173.993</u>	<u>174.427</u>
Em curso:								
Adiantamentos a fornecedores (a)	17.405	16.702	(17.136)	16.971	79	-	(17.050)	-
Obras em andamento	5.257	88.815	17.136	111.208	56.914	-	(168.122)	-
Projetos Brasil	4.681	5.997	-	10.678	6.373	(1.491)	(9.155)	6.405
Provisão para compensação ambiental (b)	<u>632</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>632</u>	<u>-</u>	<u>(472)</u>	<u>-</u>	<u>160</u>
	<u>27.975</u>	<u>111.514</u>	<u>-</u>	<u>139.489</u>	<u>63.366</u>	<u>(1.963)</u>	<u>(194.327)</u>	<u>6.565</u>
	<u>28.169</u>	<u>111.741</u>	<u>-</u>	<u>139.910</u>	<u>63.379</u>	<u>(1.963)</u>	<u>(20.334)</u>	<u>180.992</u>
Amortização acumulada:								
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(1.962)	-	-	(1.962)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	(61)	-	-	(61)
Softwares	<u>(17)</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>	<u>(84)</u>	<u>(87)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(171)</u>
	<u>(17)</u>	<u>(67)</u>	<u>-</u>	<u>(84)</u>	<u>(2.110)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.194)</u>
Total - líquido	<u>28.152</u>	<u>111.674</u>	<u>-</u>	<u>139.826</u>	<u>61.269</u>	<u>(1.963)</u>	<u>(20.334)</u>	<u>178.798</u>

(a) Referem-se principalmente aos adiantamentos concedidos para aquisição de 17 turbinas eólicas, equipamentos e serviços, modelo Vestas V82 1.65 MW. O contrato de fornecimento com a Vestas Eólica S.A.U. foi firmado em 28 de agosto de 2008, pelo valor global de €35.625 mil, equivalente a R\$89.323 em 31 de dezembro de 2009. Em 5 de outubro de 2009 foi assinado aditivo, incluindo valor adicional de €1.255 mil (R\$3.147), totalizando €36.880 mil, equivalente a R\$92.470 em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se a custos com compensação ambiental (vide nota explicativa nº 19).

A Administração da Sociedade tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Nesse contexto e considerando o disposto no pronunciamento técnico CPC 01, caso existam evidências claras de que a Sociedade possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Com base na análise preparada pela Administração, não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução do valor dos ativos ao seu valor de recuperação em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009.

## 14. PARTES RELACIONADAS

A Sociedade participa de transações com partes relacionadas, das quais se destacam:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Ativo circulante-						
Ecoinvest Global	-	-	-	-	-	490
Ativo não circulante:						
SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda. (a)	26	1.101	520	-	-	-
Gargaú Energética S.A. (b)	2.955	1.330	1.184	-	-	-
Ecoinvest Assessoria Desenvolvimento e Participações Ltda. (c)	-	588	172	-	588	172
Zeta Energia S.A. (d)	1.089	-	-	220	-	-
Gamma Energia S.A. (d)	343	-	-	343	-	-
Ecoinvest Carbon Brasil Ltda.	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>8</u>	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>8</u>
Total	<u>4.432</u>	<u>3.038</u>	<u>1.884</u>	<u>582</u>	<u>607</u>	<u>670</u>
Passivo circulante:						
Gargaú Energética S.A.	8	1	-	-	-	-
Taelinvest Participações S.A. (e)	1.101	-	-	1.101	-	-
SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda.	-	-	43	-	-	-
Ecoinvest Assessoria Desenvolvimento e Participações Ltda. (f)	-	-	-	-	-	475
Zeta Energia S.A.	-	-	-	219	-	-
Ecoinvest Global (g)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>807</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>807</u>
Total	<u>1.109</u>	<u>1</u>	<u>850</u>	<u>1.320</u>	<u>-</u>	<u>1.282</u>

- (a) Os valores registrados em 31 de dezembro de 2009 referiam-se a gastos pagos pela Sociedade a projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e centrais de energia eólica em que a titular dos projetos eram a SeaWest do Brasil - Projetos e Participações Ltda.. Em 30 de setembro de 2010, esses projetos foram transferidos para a Sociedade através de um contrato de dação em pagamento.
- (b) Adiantamentos para futuro aumento de capital na controlada Gargaú.
- (c) Gastos com projetos de titularidade da Ecoinvest Assessoria Desenvolvimento e Participações Ltda., pagos pela Sociedade, os quais foram reembolsados em 2010.
- (d) Despesas pagas pela Sociedade no desenvolvimento de projetos.
- (e) Contrato de mútuo realizado em 30 de dezembro de 2010, sobre o qual incidem juros remuneratórios de 12% ao ano.
- (f) Refere-se a despesas pagas pela Ecoinvest Assessoria, reembolsadas em março de 2009.
- (g) Composto por dois contratos de mútuo com a Ecoinvest Global, remunerados à taxa de 12% ao ano. Os contratos foram liquidados em 29 de junho de 2009, equivalentes ao principal de R\$300, e, em 18 de fevereiro de 2009, equivalentes ao principal de R\$500.

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituição financeira</u>	<u>Controladora</u>		
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Itaú - Conta garantia	47	-	-
<u>Instituição financeira</u>	<u>Consolidado</u>		
<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>	
Banco Votorantim S.A. (a)	-	92.737	-
BNDES (b)	66.974	-	-
Itaú - conta garantida	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
Total	<u>67.021</u>	<u>92.737</u>	<u>15</u>
Circulante	2.594	92.737	15
Não circulante	<u>64.427</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>67.021</u>	<u>92.737</u>	<u>15</u>

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2010 e de 2009 é demonstrada como segue:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Votorantim</u>	<u>BNDES</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	-	15	15
Recursos liberados	90.000	-	-	90.000
Pagamentos	-	-	(15)	(15)
Encargos financeiros capitalizados	<u>2.737</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.737</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	92.737	-	-	92.737
Recursos liberados	-	66.400	47	66.447
Despesas na captação do empréstimo	-	(159)	-	(159)
Encargos financeiros capitalizados	10.366	-	-	10.366
Encargos financeiros não capitalizados	1.305	733	-	2.038
Pagamentos/liquidação	<u>(104.408)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(104.408)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>-</u>	<u>66.974</u>	<u>47</u>	<u>67.021</u>

- (a) Refere-se a contrato de empréstimo, assinado em 5 de outubro de 2009, com o Banco Votorantim S.A., cujos recursos foram liberados em 8 de outubro de 2009. Esse empréstimo teve como objetivo garantir a construção do empreendimento. Sobre o valor principal incidiu o percentual de 100% ao ano da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DIs, acrescidos de 5% ao ano, base de 252 dias, calculados exponencialmente, correspondentes a 0,4074% ao mês. O principal, acrescido dos encargos financeiros, foi liquidado em outubro de 2010.
- (b) Refere-se a recursos liberados em 2010 relacionados à operação de empréstimos obtidos do BNDES. Está segregado em: (i) subcrédito A, a ser pago em 192 parcelas com vencimento inicial em 15 de junho de 2011, no valor principal de R\$62.044, liberado até 31 de dezembro de 2010, sobre os quais incidem juros de 2,34% ao ano, acrescido da TJLP; e (ii) subcrédito B, no montante de R\$4.356, a ser pago em 114 parcelas com vencimento inicial em 15 de junho de 2011, liberado até 31 de dezembro de 2010, sobre os

quais incidem juros de 5,50% ao ano.

Adicionalmente, existe um terceiro subcrédito (subcrédito C) no montante de R\$5.673, sobre o qual incidem juros de 2,34% ao ano, acrescido da TJLP, a ser pago em 192 parcelas, com vencimento inicial em 15 de junho de 2011.

A parcela referente ao subcrédito C não foi liberada até 31 de dezembro de 2010.

Desses subcréditos, foram liberados R\$66.400 até 31 de dezembro de 2010, correspondendo à totalidade do B e a parte do A, nos montantes de R\$60.000 em 9 de novembro de 2010 e R\$6.400 em 26 de novembro de 2010, respectivamente.

Os recursos advindos desses empréstimos têm as seguintes garantias: (i) fiança solidária concedida pelos prestadores de garantia, a Sociedade e a Ecopart Empreendimentos S.A.; (ii) alienação fiduciária de todas as máquinas e equipamentos; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios dos valores depositados na conta centralizadora de receitas, na conta de reserva e na conta de reserva especial e dos recursos oriundos de sinistros cobertos por seguros; (iv) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia; (v) penhor dos direitos emergentes da autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; (vi) seguros de engenharia, garantia (“completion bond”), patrimoniais, de responsabilidade civil e de lucros cessantes; e (vii) penhor de 100% das ações da controlada.

#### Cláusulas restritivas

O BNDES poderá declarar o contrato antecipadamente vencido no caso de ocorrer uma das seguintes hipóteses: (a) redução do quadro de funcionários sem atender à cláusula que exige treinamento e suporte que possibilite aos funcionários se recolocarem no mercado; (b) existência de sentença condenatória transitada que julgue a ocorrência de trabalho escravo ou infantil ou crime contra o meio ambiente; (c) inclusão em ato que incorra risco à capacidade de pagamento das obrigações firmadas nesse contrato; (d) falsidade na declaração que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES; (e) substituição do bem penhorado por outro caso este vença antes que o contrato e a manutenção, durante toda a vigência do contrato, de índice mínimo de cobertura anual do serviço da dívida maior ou igual a 1,30; (f) exclusão ou revogação das autorizações da ANEEL; (g) não cumprimento de quaisquer obrigações e/ou vencimento antecipado dos contratos cujos direitos estejam empenhados e/ou cedidos em favor do BNDES; (h) existência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade da operação do projeto; (i) homologação de plano de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência; e (j) modificação da finalidade do escopo do projeto sem a prévia anuência do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade vem cumprindo integralmente as obrigações mencionadas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2011	2.594
2012	4.179
2013	4.179
2014	4.179
2015 em diante	<u>51.890</u>
	<u>67.021</u>

## 16. DEBÊNTURES

	<u>Controladora e consolidado</u>		
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>01.01.09</u>
Debêntures - valor de emissão	73.062	16.000	-
Remuneração incorrida	3.798	449	-
Despesas na captação dos empréstimos	<u>(424)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>76.436</u>	<u>16.449</u>	<u>-</u>
Circulante	21.231	-	-
Não circulante	55.205	16.449	-
Saldo em 2009			
Adições (recursos liberados)			
Despesas de captação			
Encargos financeiros			
Pagamento de juros			
Saldo em 2010			
	<u>16.449</u>	<u>57.062</u>	<u>(424)</u>
			<u>4.306</u>
			<u>(957)</u>
			<u>76.436</u>

Primeira e segunda emissões - pessoas físicas - R\$19.087

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 25 de agosto e 27 de outubro de 2009, os acionistas aprovaram a emissão de 32 debêntures, sendo 16 não conversíveis em ações e 16 conversíveis em ações ordinárias no vencimento. Os recursos oriundos dessas emissões foram destinados à construção do Parque Eólico Gargaú, de sua controlada Gargaú Energética S.A. O valor nominal unitário, na data de cada emissão, é de R\$500, totalizando R\$16.000, com vencimento em 25 de outubro de 2011 para as debêntures não conversíveis e 30 de janeiro de 2013 para as debêntures conversíveis. Sobre o valor do principal incide remuneração de 16% ao ano, que será paga integralmente na data de vencimento das debêntures. Os detentores das debêntures conversíveis possuíam a opção de conversão das debêntures em ações, que deveria ser realizada até o dia 15 de setembro de 2010. Os debenturistas optaram por não converter as debêntures em ações no vencimento.

Terceira emissão - Vestas do Brasil Energia Eólica S.A. - R\$18.386

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de abril de 2010, os acionistas aprovaram a emissão adicional de 36 novas debêntures, não conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R\$500, totalizando R\$18.000, com vencimentos entre 31 de outubro de 2010 e 31 de outubro de 2012. Sobre o valor principal incidirá o percentual de 12% ao ano a título de remuneração. A Administração da Sociedade está renegociando as debêntures vencidas em 31 de outubro de 2010, com o objetivo de postergar seu vencimento; para tal negociação, a Sociedade efetuou o pagamento dos juros incorridos no período.

#### Quarta emissão - Banco Votorantim S.A. - R\$38.963

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de dezembro de 2010, os acionistas aprovaram a emissão adicional de 39 novas debêntures, não conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$39.000, com vencimentos entre 23 de maio de 2011 e 23 de maio de 2020. Sobre o valor principal incidirá 100% da taxa média diária de juros dos CDIs, acrescida de uma taxa de 5,5% ao ano a título de remuneração. O valor integralizado foi de R\$39.062 devido ao fato de a data de integralização ser posterior à data de emissão; sendo assim, os debenturistas efetuaram a correção dos saldos até a data de integralização, ocorrida em 29 de dezembro de 2010.

#### “Covenants”

Segunda emissão - As debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas caso os seguintes eventos de inadimplemento venham a ocorrer:

- Pedido de recuperação extrajudicial ou judicial ou declaração de autofalência da emissora ou das controladas.
- Liquidação ou pedido de falência deferido contra a emissora ou as controladas.
- Extinção ou dissolução da emissora ou das controladas.
- Mudança no objeto social da emissora ou das controladas que possa de alguma forma afetar substancialmente o cumprimento das obrigações oriundas da escritura de emissão.
- Vencimento antecipado de empréstimos ou financiamentos concedidos à emissora ou a controladas, desde que os procedimentos de execução tenham sido iniciados.
- Até a liquidação integral das debêntures, a relação entre dívida líquida e patrimônio da emissora, para cada período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, não poderá ser superior a uma vez (1x) (“índice de alavancagem”).

Terceira emissão - As debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas caso os seguintes eventos de inadimplemento venham a ocorrer:

- Não pagamento nas datas definidas do valor principal, juros, despesas ou qualquer outro valor devido.
- Perda de validade e/ou eficácia da garantia real das debêntures.
- Descumprimento de obrigações do contrato.
- Medida judicial contra a emissora que possa resultar na execução de ativos em valor cumulativo de R\$500.
- Pedido de recuperação extrajudicial ou judicial ou declaração de autofalência da emissora ou das controladas.
- Liquidação ou pedido de falência deferido contra a emissora ou as controladas.

- Alteração de participação societária da emissora, sem prévia autorização do debenturista.
- Extinção ou dissolução da emissora ou das controladas.
- Mudança no objeto social da emissora ou das controladas que possa de alguma forma afetar substancialmente o cumprimento das obrigações oriundas da escritura de emissão.
- Vencimento antecipado de empréstimos ou financiamentos concedidos à emissora ou a controladas, desde que os procedimentos de execução tenham sido iniciados.

Quarta emissão - As debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas caso os seguintes eventos de inadimplemento venham a ocorrer:

- Pedido de recuperação extrajudicial ou judicial ou declaração de autofalência da emissora ou das controladas.
- Liquidação ou pedido de falência deferido contra a emissora ou as controladas.
- Extinção ou dissolução da emissora. Extinção ou dissolução das controladas sem prévia aprovação dos debenturistas.
- Descumprimento de obrigações do contrato.
- Mudança no objeto social da emissora ou das controladas que possa de alguma forma afetar substancialmente o cumprimento das obrigações oriundas da escritura de emissão.
- Transformação da emissora em sociedade limitada.
- Vencimento antecipado de empréstimos ou financiamentos concedidos à emissora ou a controladas, desde que os procedimentos de execução tenham sido iniciados.
- Até a liquidação integral das debêntures, a relação entre dívida líquida e patrimônio da emissora, para cada período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, não poderá ser superior a uma vez (“índice de alavancagem”).

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas relativas às debêntures apresentavam a seguinte composição:

#### Vencimentos

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2011	21.231
2012	15.968
2013	1.666
2014	1.762
2015 em diante	<u>35.809</u>
Total	<u>76.436</u>

#### 17. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Referem-se a recursos financeiros recebidos dos acionistas Ecoinvest Assessoria Desenvolvimento e Participações Ltda. e Taelinvest Participações S.A., com o objetivo de cobrir as despesas operacionais da Sociedade.

#### 18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração da Sociedade identificou riscos trabalhistas e previdenciários relacionados a prestadores de serviços. Para tal risco, em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Sociedade registrou a provisão de R\$1.134 (R\$1.196 em 31 de dezembro de 2009). A Sociedade entende que essa provisão é suficiente para cobrir eventuais riscos a que a Sociedade está exposta.

Adicionalmente, com base na avaliação dos assessores legais da Sociedade e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os processos nos quais elas estão envolvidas não requerem o registro de provisão adicional para eventuais perdas.

<u>Saldo em</u> <u>2009</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo em</u> <u>2010</u>
<u>1.196</u>	<u>(62)</u>	<u>1.134</u>

#### 19. PROVISÃO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CONTROLADA GARGAÚ

Em 15 de outubro de 2008, a controlada Gargaú celebrou com a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA o termo de compromisso de compensação ambiental no montante de R\$632, que tem por objetivo estabelecer medida de compensação ambiental prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/02, em face do licenciamento do empreendimento Usina Eólio-Elétrica Gargaú, especificamente no que diz respeito a investimento em unidades de conservação ambiental.

O montante previsto deveria ser aplicado em projetos a serem definidos pela Câmara de Compensação Ambiental da SEA, respeitados os critérios previstos no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, no artigo 33 do Decreto nº 4.340/02 e nos procedimentos de consulta e de definição de unidades de conservação a serem contempladas, no estabelecido no artigo 8º e seguintes da Resolução CONAMA nº 371/06 e na ordem de prioridades estabelecidas na Resolução SEA nº 25/07.

O termo de compromisso determinava que o depósito em conta vinculada fosse efetuado em dez parcelas mensais, no montante de R\$63. O primeiro depósito foi efetuado em 15 de dezembro de 2008, conforme cronograma de depósitos, e os demais foram efetuados no dia 15 dos meses subsequentes. A FEEMA expediu o termo de quitação dessa obrigação em 5 de outubro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade registrou o valor total como provisão para compensação ambiental em contrapartida ao imobilizado em curso. Os depósitos, à medida que foram efetuados, foram registrados na conta “Depósitos vinculados” (caixa restrito).

Em 28 de fevereiro de 2011, foi celebrado o termo aditivo de rescisão ao termo de compromisso de compensação ambiental nº 023, datado de 15 de outubro de 2008, autorizando a Sociedade a levantar os valores depositados a título de compensação ambiental no montante de R\$632, acrescidos dos rendimentos da respectiva conta poupança. Essa rescisão foi amparada nas seguintes considerações:

- a) O disposto no artigo 36 e parágrafos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece que nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ao meio ambiente, conforme avaliação do órgão licenciador responsável, e com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), fica o empreendedor obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação.
- b) O EIA/RIMA é o instrumento hábil para demonstrar o montante devido sob a rubrica “Compensação ambiental”.
- c) No licenciamento ambiental da Usina Eólio-Elétrica de Gargaú foi exigida a elaboração de Relatório Ambiental Simplificado - RAS, mas este não é considerado o estudo adequado para valoração dos impactos não mitigáveis, geradores da obrigação de pagar a compensação ambiental.

Com base nessa decisão, em 18 de abril de 2011, a Sociedade restituiu os valores depositados em conta garantida.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade mantém registrada provisão para custos de compensação socioambientais no montante de R\$160, em contrapartida ao ativo intangível (nota explicativa nº 13).

Saldo em 31 de dezembro de 2009	632
Reversão de provisão	(472)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>160</u>

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

### 20.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito da Sociedade é de R\$75.214 sendo R\$72.036 integralizados (R\$53.214 em 31 de dezembro de 2009 e R\$43.214 em 1º de janeiro de 2009) e 3.178 a integralizar, dividido em 92.000.000 (70.000.000 em 2009 e em 1º de janeiro de 2009) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Número de ações	%	Número de ações	%	Número de ações	%
<u>Acionistas</u>						
Taelinvest Participações S.A.	78.499.998	85	57.999.998	83	50.999.998	85
Ecoinvest Assessoria Desenvolvimento e Participações Ltda.	13.499.999	15	11.999.999	17	8.999.999	15
Bruce Thomas Philips	1	-	1	-	1	-
Carlos de Mathias Martins Junior	1	-	1	-	1	-
Roberto Politi	1	-	1	-	1	-
Total	<u>92.000.000</u>	<u>100</u>	<u>70.000.000</u>	<u>100</u>	<u>60.000.000</u>	<u>100</u>

## 20.2. Reserva de ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio constituída em 2009 e em 2008, nos montantes de R\$3.451 e R\$4.337, respectivamente, totalizando R\$7.787, representa o valor excedente pago pela acionista Taelinvest Participações S.A. na emissão de ações.

## 20.3. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

## 20.4. Dividendos

Conforme Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade está restrita a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, depósitos vinculados, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar com partes relacionadas. Todos esses instrumentos financeiros são registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda, de taxa de juros e outros. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada diretamente pelos acionistas controladores.

### 21.1. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas

#### a) Risco de taxa de câmbio - controlada Gargaú

Esse risco é o de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da controlada ao risco de variações nas taxas de câmbio era decorrente do período de construção do empreendimento (até outubro de 2010). Parte significativa dos equipamentos adquiridos e da prestação de serviços de instalação de tais equipamentos foi contratada em moeda estrangeira (euros) e, portanto, o custo do empreendimento poderia ter sido afetado pelas variações da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta “Fornecedores no exterior” era de R\$221, equivalente a €88 mil. Não há saldo em moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2010.

#### b) Risco de taxa de juros

##### Controlada Gargaú

Esse risco é o de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da controlada Gargaú ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado está relacionada à dívida com o BNDES que é atrelada à variação da TJLP. O outro componente do encargo financeiro dessa dívida é a taxa de juros fixa.

A controlada entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos financeiros para cobrir esse risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado de longo prazo, a fim de observar eventual necessidade de contratação. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta “Empréstimos e financiamentos” da controlada é de R\$66.974.

#### Controladora

A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado está relacionada à dívida com as debêntures emitidas ao Banco Votorantim S.A., que é atrelada à variação do CDI.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos financeiros para cobrir esse risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado de longo prazo, a fim de observar eventual necessidade de contratação. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta “Debêntures”, emitidas para o Banco Votorantim S.A., é de R\$38.963.

#### c) Risco de preço - efeitos inflacionários - controlada Gargaú

Esse risco é o de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos indexadores da inflação brasileira. O contrato de venda de energia com a Eletrobrás (receita e contas a receber) contempla a atualização monetária anual pelo IGP-M. Dependendo de como for feita a determinação dos preços dos serviços contratados para cobrir os custos de operação, manutenção e outros necessários à manutenção da atividade que podem variar por diversos índices de inflação, estes poderão impactar o valor justo dos fluxos de caixa do negócio.

#### d) Concentração de risco do crédito - controlada Gargaú

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a controlada a incorrer em perdas financeiras. As operações da controlada estão concentradas majoritariamente no contrato de longo prazo de 20 anos com a Eletrobrás. Por ser uma empresa estatal, a Eletrobrás foi delegada pelo Poder Concedente para administrar os contratos de venda de energia no âmbito do PROINFA. As informações financeiras da Eletrobrás são públicas e monitoradas pela Administração da controlada.

#### e) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos e debêntures

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presente no contrato de empréstimo da controlada Gargaú com o BNDES e nos instrumentos particulares de escritura de debêntures, as quais estão mencionadas nas notas explicativas nº 15 e nº 16, respectivamente.

f) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Sociedade e controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Sociedade e controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas previstas em contratos de empréstimos e financiamentos.

g) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração e dos acionistas controladores. Esse gerenciamento é feito com base em um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez a curto, médio e longo prazos da Sociedade. Os acionistas controladores mantêm linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos disponíveis e que julguem adequados para financiar as operações da Sociedade, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

h) Risco de variação entre energia contratada e energia gerada - controlada Gargaú

A partir da entrada em operação comercial do empreendimento, a energia gerada é adquirida pela Eletrobrás, cuja quantidade e preço foram contratados pelo prazo de 20 anos. Posteriormente, em cada ano, essa energia contratada é ajustada pela energia efetivamente gerada no ano, validada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da controlada mensurou a variação entre a energia de referência e a energia efetivamente gerada e não identificou ajustes a serem contemplados nas demonstrações financeiras da controlada.

i) Risco de não renovação da autorização - controlada Gargaú

A controlada detém autorização para exploração dos serviços de geração de energia eólica. A Administração da controlada não tem a expectativa de solicitar prorrogação ou renovação do prazo da autorização após ter cumprido o contrato de venda de energia assinado no âmbito do PROINFA.

## 21.2. Instrumentos financeiros derivativos

Em 17 de dezembro de 2009, a controlada Gargaú contratou três operações financeiras na modalidade “a termo de moeda sem entrega física” com o Banco Votorantim S.A., com o objetivo de minimizar os riscos relativos à variação da taxa de câmbio (euros) na aquisição dos equipamentos e na prestação de serviços de instalação desses equipamentos do parque eólico. Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade apurou perdas nos referidos contratos no montante de R\$694, incluídas no saldo de fornecedores no exterior.

A Administração não negociou com instrumentos financeiros derivativos durante 2010.

## 21.3. Valor contábil e valor justo dos demais instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado, tendo em vista os prazos e a natureza das transações.

Os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - CONTROLADA GARGAÚ

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Receita de construção dos ativos de concessão	56.993	105.517
Receitas de venda de energia	3.200	-
(-) Impostos sobre o faturamento - PIS e COFINS	<u>(296)</u>	<u>-</u>
Total	<u>59.897</u>	<u>105.517</u>

## 23. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

	<u>Consolidado</u>	
<u>Custos de construção e operação - controlada Gargaú</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Construção dos ativos da concessão	(56.993)	(105.517)
Custos com pessoal	(117)	-
Serviços de terceiros	(1.523)	-
Depreciações e amortizações	(2.022)	-
Outros	<u>(183)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(60.838)</u>	<u>(105.517)</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Utilidades	(515)	(359)	(828)	(386)
Seguros	-	-	(563)	(77)
Viagens e estadas	(146)	(421)	(179)	(421)
Depreciações e amortizações	(198)	(129)	(206)	(131)
Outras despesas	<u>(208)</u>	<u>(129)</u>	<u>(363)</u>	<u>(470)</u>
Total	<u>(1.067)</u>	<u>(1.038)</u>	<u>(2.139)</u>	<u>(1.485)</u>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	61	101	68	101
Juros ativos	265	-	264	-
Outras	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>71</u>	<u>1</u>
Total	<u>327</u>	<u>102</u>	<u>403</u>	<u>102</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(437)	(83)	(554)	(336)
Juros passivos	(1.591)	-	(1.613)	-
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	<u>(4.307)</u>	<u>(635)</u>	<u>(6.345)</u>	<u>(793)</u>
Total	<u>(6.335)</u>	<u>(718)</u>	<u>(8.512)</u>	<u>(1.129)</u>

## 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 encontra-se a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
(a) Cálculo do imposto				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(312)	(6.435)	447	(6.435)
Diferenças temporárias/permanentes sobre (adições) exclusões:				
Equivalência patrimonial	5.693	1.531	-	-
Variação de participação não tributável	(1.614)	-	(1.614)	-
Depreciação incentivada	-	-	(759)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	62	(1.196)	62	(1.196)
Diferenças de práticas contábeis (IFRS x RTT)	(4.897)	-	(4.897)	-
Base de cálculo	<u>(1.192)</u>	<u>(3.708)</u>	<u>(6.885)</u>	<u>(5.239)</u>
Impostos correntes	-	-	-	-
Impostos diferidos	(1.166)	-	(1.925)	-

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
<b>(b) Reconciliação da taxa efetiva</b>				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(312)	(6.435)	447	(6.435)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com alíquota vigente	106	2.188	(152)	2.188
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(1.936)	(521)	-	-
Variação de participação não tributável	549	-	549	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias	1.686	(407)	1.944	(407)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>(405)</u>	<u>(1.260)</u>	<u>(2.341)</u>	<u>(1.781)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas efetivas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>(1.166)</u>	<u>-</u>	<u>(1.925)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	<u>(3,74%)</u>	<u>-</u>	<u>(4,31%)</u>	<u>-</u>

As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e a contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente, o que representa uma alíquota total de 34%.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes das mudanças de práticas contábeis ocorridas no Brasil, principalmente, por provisões não dedutíveis e receitas não tributáveis temporariamente, e foram registrados considerando a sua expectativa de realização.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes das mudanças de práticas contábeis ocorridas no Brasil, principalmente, por provisões não dedutíveis, e receitas não tributáveis temporariamente foram registradas considerando a sua expectativa de realização.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.10</u>
Depreciação incentivada	-	(759)
Ajuste no custo do investimento decorrente da alienação de participação das controladas	<u>(1.166)</u>	<u>(1.166)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social no exercício	<u>(1.166)</u>	<u>(1.925)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido passivo	(1.166)	(1.925)

## 26. CONTRATOS DE CONCESSÃO (AUTORIZAÇÃO) - CONTROLADA GARGAÚ

A interpretação técnica ICPC 01 e a orientação técnica OCPC 05, editadas em dezembro de 2009 e de 2010, respectivamente, estabeleceram o tratamento contábil aplicável a diversas modalidades de contratos de concessão (autorização e permissão). A interpretação técnica ICPC 01 estabelece o cumprimento de determinadas condições em que o Poder Concedente é considerado como tendo o controle da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão deve atender às seguintes condições em conjunto:

- a) Que o Concedente controle ou regulamente quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço.
- b) Que o Concedente controle, através de titularidade, usufruto ou de outra forma, qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Também se aplica para os casos em que a infraestrutura seja consumida (amortizada) no prazo da concessão independentemente de sua reversão ao Poder Concedente.

A característica comum entre os acordos de concessão de serviços é que o operador recebe o direito ao acesso à infraestrutura e tem como obrigação prestar serviços públicos (venda de energia).

A controlada opera uma concessão (autorização) pela interpretação técnica ICPC 01, abrangendo a geração de energia eólica.

O modelo de ativo intangível deve ser utilizado quando o Poder Concedente controla a infraestrutura e existe risco de demanda. Nos parques eólicos do Brasil, a autorização para explorar a energia eólica é concedida pelo governo através de autorizações. Essas concessões usualmente têm o prazo de 30 a 35 anos e estabelecem os direitos e as obrigações da unidade geradora, incluindo, entre outros, o desenvolvimento de estudos ambientais, a obtenção de licenças ambientais e as restrições relativas à construção e operação dos parques.

Adicionalmente, o titular da concessão deve apresentar-se à fiscalização da ANEEL e pagar determinados encargos regulatórios e taxas para essa fiscalização. O Poder Concedente tem o poder de alterar essas condições, incluindo as regras relativas à comercialização de energia, os custos agregados com questões ambientais, o preço das tarifas, incluindo transporte da energia de forma direta ou indireta, e os encargos regulatórios, entre outras obrigações. Os custos podem aumentar como resultado de alterações unilaterais para a concessão pelo Poder Concedente, acarretando efeitos adversos sobre a Sociedade.

O Parque Eólico Gargaú foi desenvolvido no âmbito do PROINFA, criado em 2002 pelo governo brasileiro para criar os incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como projetos de energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas e projetos de biomassa, bem como criar novos empregos e treinamento para a força de trabalho brasileira e diminuir as emissões de carbono do País com a produção de energia.

Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás, uma empresa estatal elétrica brasileira, adquire a energia gerada pelos parques eólicos por um período de 20 anos. Essa energia é repassada às empresas distribuidoras (mercado regulado). A tarifa sobre a venda de energia é calculada em virtude do fator de carga da planta e é ajustada anualmente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

A ANEEL é o órgão regulador que está autorizado a penalizar a controlada no caso de não cumprimento dos termos estabelecidos na autorização (concessão) ou no quadro regulamentar, que podem incluir: (a) advertências; (b) sanções; (c) fixação de novas instalações ou novos equipamentos; (d) restrições à operação da unidade geradora de energia; (e) suspensão temporária de novas concessões; ou (f) revogação da concessão. A rescisão antecipada de qualquer das concessões e das sanções impostas pela ANEEL, no caso de essa rescisão ser realizada antes do cumprimento do contrato de venda de energia (PPA), pode causar um efeito adverso sobre a controlada.

O governo brasileiro poderá rescindir as concessões a qualquer momento, se determinar que a rescisão é por interesse público ou exigida por nova legislação. No caso dessa conclusão, o governo tem a obrigação de indenizar a controlada por qualquer dano financeiro, inclusive para unidades geradoras que não foram integralmente amortizadas ou depreciadas. Caso o governo decida rescindir as concessões, a controlada pode tornar-se incapaz de recuperar o investimento, o que pode afetar negativamente os resultados das operações e a condição financeira.

A controlada passa a adotar a interpretação técnica ICPC 01, modelo ativo intangível, para o parque eólico, cujos contratos de venda de energia foram negociados dentro do âmbito do PROINFA, com base nas seguintes considerações:

- a) Uniformização com a política contábil da empresa controlada direta e indireta (Ecopart e Tael) desde a data de aquisição do Parque Eólico Gargaú.
- b) Os bens integrantes da infraestrutura de geração do parque eólico serão consumidos (depreciados/amortizados) no prazo do contrato de venda de energia - PROINFA (PPA), aproximadamente 20 anos a partir da data da entrada em operação do parque eólico.
- c) Embora a autorização tenha um prazo de 30 a 35 anos, não existe ônus imputado ao operador pelo Poder Concedente, caso o operador desista de permanecer no negócio, após o cumprimento do PPA.

- d) Para que o operador decida continuar no negócio após 20 anos (vida útil-econômica máxima estimada para os principais componentes da infraestrutura e após cumprir o prazo do PPA), precisará fazer um novo investimento na infraestrutura para continuar no negócio até o prazo final da autorização. Portanto, depende do plano de negócios elaborado pelo operador a definição do prazo desse negócio. Nesse caso, a Administração da Sociedade, com base no plano de negócios elaborado na data de aquisição do parque, estabeleceu que a duração do negócio é de 20 anos.

Os preços de venda de energia dos empreendimentos eólicos incluídos no PROINFA são considerados controlados indiretamente pelo Poder Concedente e pelo prazo de 20 anos.

## 27. SEGUROS CONTRATADOS - CONTROLADA GARGAÚ

Em 10 de outubro de 2010, foi emitido pela ACE Seguradora S.A. o seguro de riscos relativos a danos materiais e lucros cessantes, com cobertura básica no valor de R\$140.702 para a controlada. Adicionalmente, em 28 de outubro de 2010, foi emitido pela Allianz Seguros S.A. o seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$5.000, para a Sociedade. Ambas as apólices possuem vigência por um ano.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- 28.1. Em 28 de fevereiro de 2011, foi celebrado o termo aditivo de rescisão ao termo de compromisso de compensação ambiental nº 023, datado de 15 de outubro de 2008, autorizando a controlada Gargaú a levantar os valores depositados a título de compensação ambiental no montante de R\$632, acrescido dos rendimentos da respectiva conta poupança.
- 28.2. Nos dias 17 de janeiro e 19 de abril de 2011, foram liberados para a Gargaú os valores incluídos na tranche remanescente do empréstimo com o BNDES, totalizando R\$3.481.
- 28.3. Em 18 de maio de 2011, a Sociedade captou um empréstimo para suprir sua necessidade de capital de giro no valor de R\$400, com vencimento para 15 de setembro de 2011.
- 28.4. A Sociedade efetuou o pagamento de juros sobre as debêntures nos valores de R\$552 e 1.198 em 24 de janeiro e 4 de fevereiro de 2011, respectivamente.

## 29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A conclusão das demonstrações financeiras foi autorizada em Reunião de Diretoria realizada em 3 de junho de 2011.